

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 1º A 31 DE MARÇO DE 1982
Nº 179 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

METALÚRGICOS QUEREM "AUMENTO REAL" DE 15%

A pauta de reivindicações entregue ontem à comissão de negociação do Grupo 14 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo (interior do Estado), substitui o termo produtividade, previsto na legislação salarial em vigor por "aumento real" dos níveis dos salários que, de acordo com aquele documento, deverá ser de 15% sobre o INPC. O percentual de 15% sobre o INPC foi considerado despropositado pelos integrantes da comissão de negociação do Grupo 14. "Muito acima do que a maioria das indústrias está em condições de pagar", afirmou o diretor da Fiesp, e um dos coordenadores daquela comissão de negociação, agora dividida em dois grupos, para atender simultaneamente aos sindicatos do Interior, liderados pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, e da região do ABC (SP), que se recusam a negociar conjuntamente. (FSP - 4/3/82)

PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA SE DISCUTIRÁ ROBÔS

Pela primeira vez na história das reivindicações trabalhistas, o problema da mecanização das indústrias - através da utilização de robôs - consta de uma pauta de negociações. Os 30 sindicatos de metalúrgicos do interior do Estado o incluíram entre os 600 itens do documento reivindicatório que entregaram ontem ao Grupo 14 da Federação das Indústrias. Para o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado (SP), "o Governo é mais vilão nessa disposição de robotizar as fábricas do que os próprios empresários". Isso porque as autoridades deveriam estar mais preocupadas com o desemprego que poderá ser criado com a iniciativa. "Não estamos entendendo a posição favorável aos robôs manifestada principalmente pelo Ministro do Trabalho", salientou. (JB - 4/3/82)

FIESP APRESENTA SEU "PACOTE" DE CONTRAPROPOSTAS

Piso salarial de Cr\$ 25.680 por mês, ou Cr\$ 107 por hora; aumento real de 5% para os que ganham até três salários mínimos, 2,8% para os que estão na faixa entre três e dez mínimos, e apenas o reajuste do INPC para os demais. Esses são os principais itens do "pacote" de contrapropostas apresentado ontem pela Fiesp aos metalúrgicos. Os sindicalistas não estão satisfeitos com as contrapropostas e insistem na reabertura das negociações após as assembleias que realizarão em suas bases nesse fim de semana, para apreciação do "pacote". As contrapropostas apresentadas pela Fiesp aos dois grupos (Federação dos metalúrgicos e o grupo encabeçado pelo sindicato de S. Bernardo-SP) são basicamente idênticas e as demais cláusulas apresentam poucas inovações em relação ao contrato coletivo do ano passado. Para os dois grupos de sindicatos, o "pacote" da Fiesp não atende às necessidades dos trabalhadores, principalmente no que se refere à garantia de emprego, reivindicada com muita insistência e que ficou sem qualquer consideração pelos empresários. Os reajustes também ficaram bem abaixo dos pretendidos 15% de "aumento real" e o piso salarial não chegou aos Cr\$ 28 mil pedidos pela federação, ficando mais longe dos 41 mil reivindicados pelos outros sete sindicatos. O presidente da Federação dos Metalúrgicos afirma que a aceitação dependerá da decisão das assembleias convocadas para este fim de semana, mas acha pouco provável que os trabalhadores prefiram ir a dissídio no Tribunal Regional do Trabalho, onde poderiam conquistar um reajuste um pouco maior - para a faixa de três a dez salários - mas perde-

riam na fixação de piso. A possibilidade de greve é vista com muitas dúvidas pelo presidente da Federação: "Há um temor muito grande de se perder o emprego e isso é um fator inibidor para a greve. Por outro lado, os trabalhadores estão se sentindo cada vez mais acuados e poderão perder o medo e partir para o ataque", diz, ressaltando que a decisão caberá às assembleias, na qual "o pacote deverá ser apresentado friamente". Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, considerou a proposta patronal "inaceitável". Argumenta que as negociações só deveriam começar agora, a partir da apresentação do "pacote", que ele considera a primeira resposta dos empresários às reivindicações "e nunca a última palavra". Quanto à possibilidade dessas assembleias decidirem por uma greve, disse apenas que "os trabalhadores sabem quando devem parar" e admitiu que uma greve tanto pode eclodir imediatamente como "daqui a 15 ou 20 dias". Apesar da insistência pela reabertura de negociações, os empresários sustentam que o "pacote" é a última palavra da Fiesp. "Agora, a gente só vai voltar a negociações para o acordo de 1983". (FSP - 26/3/82)

SÃO BERNARDO REJEITA PRINCIPAIS ITENS DO "PACOTE-FIESP"

Cinco mil metalúrgicos de São Bernardo (SP) - a categoria tem cerca de 110 mil operários - rejeitaram ontem, em assembleia de duas horas, os três principais itens da proposta da Fiesp: o critério de dispensas, horas extras e a produtividade escalonada de 2,8% a 5%. O ex-presidente do sindicato, Luís Inácio da Silva, o Lula, discursou após a decisão, considerando "perfeita" a tática do sindicato. Ao saber da decisão, o coordenador da comissão de negociação do Grupo 14 da Fiesp afastou qualquer possibilidade de se reabrirem as negociações. Hoje à tarde, o Grupo 14 terá novo contato com os dirigentes do interior - 30 sindicatos pela Federação - para tomar conhecimento oficial da aprovação da mesma proposta recusada pelos metalúrgicos de São Bernardo. O acordo será assinado esta semana. (JB - 29/3/82)

SÃO BERNARDO: DECIDIRAM AJUIZAR DISSÍDIO COLETIVO

Os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Santa Bárbara d'Oeste (SP) decidiram ontem ajuizar o processo de dissídio coletivo, diante do impasse a que chegaram as negociações com o Grupo 14 da Fiesp, e da proximidade da data-base para assinatura do contrato coletivo da categoria, dia 1º de abril. Ontem mesmo o delegado regional do trabalho, Ricardo Nassin Saad, acolheu o requerimento dos metalúrgicos, convocando a mesa-redonda para as 9h30 de hoje. Esta será a última tentativa de acordo entre empregados e empregadores, desta vez com mediação governamental, antes que o processo seja enviado à Justiça do Trabalho para julgamento. Além dos cinco sindicatos, compunham este grupo os metalúrgicos de São Caetano do Sul (que aceitaram a contra-proposta) e os de Itu, que fariam sua assembleia ontem à noite. (FSP - 31/3/82)

CONTINUA GREVE NA BRASTEMP

"Este sindicato apela a toda a população para que não compre nenhum produto Brastemp até que as justas reivindicações de seus trabalhadores sejam atendidas" (transporte gratuito ao trabalho, estabilidade no emprego, equiparação salarial, melhor atendimento médico e criação de uma comissão de fábrica). Esse é um dos trechos da nota divulgada ontem pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) e dirigida "ao povo em geral", com início de campanha, a nível nacional, de boicote aos produtos da empresa, cujos empregados horistas do setor de geladeiras estão em greve desde o último dia 20. Por volta das 12h30 de

Ontem e após pressões dos operários, os 800 mensalistas da fábrica também deixaram de trabalhar. Assim, a Brastemp está totalmente paralisada, já que, no dia 23, concedeu férias coletivas aos 2.200 empregados dos setores de fogões e geladeiras. Com a greve, a empresa já deixou de produzir 6.300 geladeiras. (ESP - 2/3/82)

GREVE NA BRASTEMP É JULGADA ILEGAL

Por 21 votos a zero o Tribunal Regional do Trabalho decretou ontem a ilegalidade da greve dos três mil horistas do setor de geladeiras da Brastemp e determinou o imediato retorno ao trabalho. Ao final do julgamento cerca de 120 empregados da empresa que assistiam à sessão, começaram a gritar palavras de ordem, fazendo com que o juiz, presidente do TRT, chamasse imediatamente o corpo de segurança e pedisse que "os arrelientos" fossem retirados do recinto. (ESP - 5/3/82)

BRASTEMP: SEIS TRABALHADORES EM GREVE SÃO DEMITIDOS

A Brastemp interrompeu ontem as negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que visavam a por fim a greve iniciada no último dia 20 por três mil operários. A medida, segundo o Sindicato, "foi em represália" ao ato público realizado anteontem. A empresa, ontem, demitiu seis trabalhadores e suspendeu outros 30. Operários do primeiro turno acusavam a Brastemp "de tentar forçá-los ao trabalho", através de ameaças feitas pelas chefias. (FSP - 7/3/82)

BRASTEMP: TRABALHADORES VOLTAM À FÁBRICA

Ao final de 16 dias de greve, os operários da Brastemp em São Bernardo do Campo (SP) reiniciaram ontem o trabalho, sob muita tensão, com a porta da fábrica sob um rígido policiamento, que resultou na prisão de 20 trabalhadores e sindicalistas por equipes do DEOPS e Polícia Militar. Desde às 6h, no início do primeiro turno, os policiais que controlavam o movimento no portão principal, garantindo o acesso dos operários, dissolveram alguns piquetes e detiveram trabalhadores que distribuíam comunicados do Sindicato ou conversavam com metalúrgicos da Brastemp. A mobilização permitiu que cerca de 90% dos funcionários da fábrica comparecessem ao serviço, encerrando o movimento grevista. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, esta presença foi confirmada por fiscais da entidade e a principal razão do comparecimento em massa foi a volta de 1 mil 200 operários que estavam de férias coletivas - todos da linha de fogões - o que desmotivou os poucos colegas que estavam paralisados nas últimas semanas. (JB - 9/3/82)

EMPREGADOS NÃO ACEITAM PROPOSTA FEITA PELA CIMO

Não houve acordo entre os representantes dos trabalhadores e o presidente da Fábrica de Móveis Cimo, na reunião realizada ontem em Rio Negro, em Santa Catarina, para discutir uma solução para a crise na empresa. O patrão propôs que os trabalhadores, por intermédio do sindicato, autorizassem a venda de parte dos bens que estão sob arresto, para cobrir a dívida de Cr\$ 3,6 milhões, que provocou o pedido de falência. O presidente do sindicato dos trabalhadores não aceitou a proposta porque "o problema de cobrir as dívidas não é do sindicato e sim da empresa". (ESP - 2/3/82)

ESTALEIRO DISPENSA PARA CONTRATAR COM MENOR SALÁRIO

Os 5 mil 600 metalúrgicos do Estaleiro Mauá (RJ) entraram em greve ontem, ao meio-dia, por tempo indeterminado. A decisão é um protesto con-

tra as demissões diárias na empresa. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Niterói e São Gonçalo, afirmou que já foram dispensados 750 operários, numa média de 20 a 30 por dia. Dirigentes sindicais acham que as demissões são uma manobra da empresa para admitir operários com salários mais baixos. (JB - 5/3/82)

CARRETEIRO PÁRA POR REAJUSTE

Cerca de 400 carreteiros, responsáveis pelo transporte de veículos da região do ABC (SP), decidiram ontem paralisar suas atividades reivindicando 15% de reajuste nos fretes. O movimento poderá se estender aos "cegonheiros" de Betim (MG), que atendem à fábrica da Fiat. O lock-out foi decidido em assembléia na sede da Associação dos Carreteiros Agregados às Empresas de Transporte de Veículos do Brasil e se destina a cobrir os recentes aumentos do óleo diesel e lubrificantes. (JB - 9/3/82)

COMISSÃO DE FÁBRICA NA MERCEDES-BENZ

A exemplo da Ford Brasil, que formalizou no mês passado a posse de uma comissão de fábrica, eleita por seus empregados, a Mercedes Benz também contará, ainda, este ano, com um sistema de representação interna dos funcionários. (ESP - 12/3/82)

FUNCIONALISMO DECIDE QUE VAI PARA A GREVE EM SP

Os funcionários públicos estaduais e municipais decidiram ontem, depois de uma assembléia de duas horas, entrar em greve por tempo indeterminado a partir de segunda-feira, dia 22, e já marcaram outra assembléia, de avaliação, para o dia 27. Mais de três mil funcionários participaram da assembléia, que começou a ser preparada com uma passeata de professores. Durante todo o tempo eles gritavam slogans contra o governador Paulo Maluf. Alguns funcionários já vão parar de trabalhar hoje mesmo no Hospital das Clínicas, Instituto Adolfo Lutz e centros de saúde do Estado. (ESP - 18/3/82)

GREVE COMEÇA E PÁRA HOSPITAL DAS CLÍNICAS

O governador Salim Maluf disse na terça-feira da semana passada que não havia crise no Hospital das Clínicas. E mais: que a crise era "criada" pelo Jornal O Estado. Ontem, o Hospital das Clínicas praticamente parou, não houve nenhuma operação e só os plantões funcionaram, assim mesmo para atender casos de emergência. Foi o começo da greve dos funcionários públicos e municipais, que só deveria ser iniciada na segunda-feira, conforme decisão da assembléia. Mas nas Clínicas, no Instituto Adolfo Lutz e nos postos de saúde os funcionários resolveram antecipar. Apesar de toda essa movimentação, o mesmo Salim Maluf garantiu ontem em Ribeirão Preto: "Os funcionários estão satisfeitos, tenho certeza". Outra dele: disse que é "o maior defensor do funcionalismo". (ESP - 19/3/82)

SERVIDORES PARAM HOJE, DIZ COMANDO DE GREVE

O Comando Geral de Greve - formado por representantes de 33 entidades e por 58 setores e repartições que não possuem associações - informou ontem que a partir das 7 horas de hoje o funcionalismo público estadual e municipal entra em greve, por tempo indeterminado, contra os índices de reajuste salarial apresentados pelo Estado (96% em duas parcelas) e Prefeitura (95% em duas parcelas) e por "melhores condições de trabalho", conforme ficou decidido pela assembléia geral das categorias realizada na última quinta-feira. (FSP - 22/3/82)

CINCO MIL VÃO À PASSEATA E AO ATO PÚBLICO

Cerca de cinco mil funcionários, realizaram ontem à tarde, após um ato público na praça da Sé (SP), uma passeata que percorreu as ruas do Centro velho da cidade, passando em frente à Secretaria da Fazenda e do Palácio da Justiça, onde ocorreram manifestações pedindo aos que ainda trabalhavam que se integrassem à greve. No caso da Secretaria da Fazenda, isso não foi possível, porque as portas, que dão para a avenida Rangel Pestana, estavam trancadas e vigiadas por guardas. Mesmo assim, centenas de funcionários que se postavam nos terraços e janelas do prédio acenavam e aplaudiam a manifestação, jogando ainda papéis picados. Essa mesma atitude tiveram os funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (FSP - 23/3/82)

PARA VARIAR, NÃO É COM ELE

Apesar de considerar a greve dos médicos do Hospital das Clínicas "um movimento manifestante ilegal", o Ministro do Trabalho disse que ainda não reconheceu o "estado de greve" no caso, "porque ainda não fui acionado oficialmente". (JB - 23/3/82)

TERMINA GREVE DO FUNCIONALISMO

A assembléia do funcionalismo público estadual, iniciada com quase uma hora de atraso e antecedida pela reunião dos professores, na nova sede do Sindicato dos Metalúrgicos, votou pela suspensão da greve ontem, no início da noite, ao mesmo tempo que responsabilizou o governo pela intimação da categoria e criticou o comando de paralisação pela forma como conduziu o movimento. Cerca de duas mil pessoas participaram da votação e aprovaram várias propostas, entre elas a realização de ampla campanha contra o FDS, rejeição dos reajustes feitos tanto pelo Estado como pelo Município e retirada integral dos salários depositados em agências do Banespa e cadernetas de poupança da Caixa Econômica Estadual. No próximo sábado, dia 3, às 15 horas, haverá nova assembléia unificada do funcionalismo, para definir os rumos do movimento, mantendo a mobilização da categoria, no Sindicato dos Metalúrgicos. E, na próxima terça-feira, às 14 horas, quando o prefeito Reynaldo de Barros mantiver reunião com uma comissão de funcionários, tendo como mediadora do encontro a Comissão Justiça e Paz, os servidores municipais farão uma manifestação em frente à Prefeitura. Ao final, a assembléia votou pela manutenção da comissão de mobilização e, apesar do prolongamento das discussões e apresentações de propostas, a maioria dos grevistas permaneceu no auditório do sindicato até o final, para participar da votação que decidiu pelo término da paralisação. (ESP - 27/3/82)

GREVE DE PROFESSORES NO RS

O Ministro do Trabalho assinou portaria, ontem, enquadrando, de acordo com a lei, a paralisação dos professores gaúchos como "greve ilegal", o que permitirá ao Governador do Rio Grande do Sul advertir, suspender e demitir professores grevistas. O Ministro da Justiça, por determinação do Presidente da República, concluiu ontem os atos para a suspensão do funcionamento do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), que coordena a paralisação. Se a greve continuar, o Governo federal, com base no Decreto-Lei 9.085/46, pode pedir a dissolução judicial da entidade, através do Ministério Público. A greve dos 100 mil professores gaúchos foi deflagrada em protesto pelo não cumprimento, por parte do Governo estadual, do acordo salarial firmado ano passado. (JB - 23/3/82)

SALÁRIOS PAGOS NÃO ACABA COM GREVE NA CIMETAL

Os 1.200 funcionários da Cimetall Siderurgia da cidade de Barão de Co-
cais, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, receberam ontem os salários
de novembro e dezembro conforme promessa feita anteontem pelo governa-
dor de MG; isso, no entanto, não foi suficiente para acabar com a gre-
ve dos metalúrgicos. Em assembléia realizada anteontem à noite, eles de-
cidiram que aceitariam o pagamento de dois meses atrasados (novembro e
dezembro de 81), mas continuariam o movimento grevista até que os salá-
rios sejam colocados em dia. (ESP - 13/3/82)

JUIZ CONDENA EMPRESA: PIOR PARA EMPREGADOS

A situação dos 1.500 metalúrgicos da fábrica de carrocerias Ciferal pio-
rou bastante, desde que o juiz da 21ª Junta de Conciliação condenou a
empresa a pagar em dobro a indenização a seus empregados. É que a Cife-
ral recorreu da sentença e todas as entidades e a população, em geral,
deixaram de ajudar os metalúrgicos, imaginando que seus problemas foram
solucionados. Uma comissão de empregados da Ciferal percorreu ontem as
redações dos órgãos de comunicação, no Rio, informando que o fato de a
empresa ter recorrido da sentença fará com que o pagamento de seus salá-
rios atrasados e indenizações seja retardado em pelo menos mais dois me-
ses. (ESP - 27/3/82)

GOVERNO PREFERE IMPORTADO AO PRODUZIDO INTERNAMENTE

Aproximadamente 300 funcionários da Mafersa reuniram-se ontem à tarde
em frente à sede da empresa, em Pirituba, para protestar contra a deci-
são do governo federal de comprar no Japão 100 carros para locomotivas,
que deveriam ser produzidos no País. De acordo com o diretor do Sindica-
to dos Metalúrgicos de São Paulo e coordenador do movimento, a Mafersa
havia participado e ganho a concorrência para o fornecimento do equipa-
mento à Prefeitura de Porto Alegre. O financiamento, entretanto, será
feito pelo Banco Mundial e, segundo o operário, foi o órgão internacio-
nal que pressionou o governo brasileiro para fazer as compras no Japão.
(FSP - 25/3/82)

TRABALHADORES RURAIS

A DIFÍCIL SITUAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

A situação do trabalhador "bóia-fria" está bastante difícil em 1982. O
salário nominal do trabalhador volante em regiões do Estado de São Pau-
lo, apesar da inflação superior a 90% no período, está agora pouco supe-
rior e, às vezes, até menor do que no ano passado. Ao longo dos últimos
trinta anos a condição do trabalhador rural melhorou relativamente pou-
co no Brasil. Especialmente, o seu salário ficou muito longe de acompa-
nhar os ganhos de produtividade ocorridos na agricultura. Isto não acon-
teceu apenas com o salário do "bóia-fria". Também a remuneração dos tra-
balhadores residentes, dos tratoristas, esteve longe de acompanhar os
ganhos de produtividade. Essa é a conclusão inequívoca de estudo que es-
tá sendo realizado em Jaboticabal (SP). Baseando-se em dados do Institu-
to da Economia Agrícola foi constatado que, de 1948 a 1980, a produção
agrícola paulista cresceu de um índice 100 para 224, enquanto que o em-
prego agrícola baixou de 100 para 25. Houve oscilações no período, ten-
do o número de trabalhadores agrícolas aumentado na primeira metade dos
anos 50 para depois diminuir progressivamente, em consequência de inten-

~~so processo de mecanização. A distribuição intensa de crédito subsidia-~~
do para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas, privilegiando o
uso do capital em detrimento da mão-de-obra, sem que houvesse qualquer
atenção para o destino do trabalhador, acabou por alijá-lo em grande
parte dos benefícios do progresso. A situação ainda foi se agravando à
medida que a progressiva mecanização foi acompanhada por um processo de
aquisição de pequenas propriedades pelas maiores propriedades gradativa-
mente mais favorecidas pelas linhas de crédito oficiais ou pelos prográ-
mas governamentais. A situação do trabalhador rural em todo o Brasil,
em 1982, após três anos de prioridade dada à agricultura, denota que há
falhas fundamentais na estratégia governamental. Estratégia que implica
em nem mesmo assegurar o direito de livre associação para que os traba-
lhadores possam defender os seus direitos. Em várias regiões do interio-
r paulista, por exemplo, os caminhões que transportam os "bóias-frias"
levam no seu interior uma "lista-negra". Contém os nomes dos trabalhado-
res na região que costumam querer reivindicar por seus direitos. Para
esses não há oportunidades de trabalho. (FSP - 21/3/82)

GREVE DE "BÓIAS-FRIAS" EM SP

Cerca de 200 funcionários da Usina Tamoio (Araraquara-SP) de açúcar e
álcool, do grupo Silva Gordo, e aproximadamente 250 "Bóias-Frias" entra-
ram em greve sexta-feira por causa do atraso no pagamento de seus salá-
rios. É o segundo movimento paredista na usina de dezembro para cá. Se-
gundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Ali-
mentação de Araraquara (SP), "os trabalhadores da Tamoio já estão cale-
jados com este tipo de irregularidade". Ao contrário da greve de dezem-
bro, deflagrada pelos trabalhadores menos graduados, a de sexta-feira
começou com os chefes de seção da usina interrompendo suas atividades,
pois não recebem desde novembro, inclusive o décimo-terceiro salário.
Os demais funcionários ainda não receberam fevereiro e os bóias-frias,
que percebem seus vencimentos semanalmente, "não vêem dinheiro há 5 se-
manas". (FSP - 28/3/82)

SECA NO NE: MOTIVO DE MANIPULAÇÃO POLÍTICA

Em um estudo de 28 páginas, intitulado Considerações Sobre o Homem e a
Seca do Nordeste, divulgado nesta Capital, quatro Regionais da CNBB
afirmam que o programa de emergência "é manipulado por patrões e políti-
cos com o objetivo de se fortalecerem eleitoralmente". Observam que os
políticos influenciam o processo de inscrição para favorecer pessoas
que não são trabalhadores rurais. Alega o documento ter verificado que
os programas de emergência vêm favorecendo os grandes proprietários e
expulsando progressivamente os pequenos produtores rurais, acentuando a
intensificação da pecuária, acelerando o processo de fechamento das ter-
ras através das cercas e, conseqüentemente, dificultando cada vez mais
o acesso à terra para os pequenos agricultores. (JB - 22/3/82)

SOB PRESSÃO ITAIPU, FINALMENTE, FAZ ACORDO COM COLONOS

Os colonos cujas terras serão expropriadas e a empresa binacional res-
ponsável pela construção da hidrelétrica de Itaipu chegaram, finalmen-
te, a um acordo por volta da meia-noite da segunda-feira, com a promes-
sa, por parte da empresa, de atendimento de todas as reivindicações fei-
tas pelos lavradores. Assim, a marcha que os colonos fariam ontem cedo,
em Foz do Iguaçu (PR), em protesto contra a binacional, foi cancelada
ainda de madrugada, para surpresa dos próprios integrantes do movimen-
to "Justiça e Terra", que representa os colonos. Estes foram convocados
para uma reunião no Centro Executivo de Itaipu, em Foz. O documento da
binacional aprovado por cerca de 400 colonos reunidos em Santa Helena

contêm apenas respostas às reivindicações dos colonos. A Itaipu se compromete a efetuar os pagamentos 15 dias após a entrega de documentos de propriedade da terra pelos colonos; conceder reajustes a partir de abril, e a partir daí mensalmente até o final das expropriações, com base nas ORTNs. Os acordos celebrados em abril serão pagos até 10 de maio. Em caso de atraso haverá correção mensal. Todos os expropriados que receberem os pagamentos após o mês de março terão prazo até 30 de julho para desocupar as terras. Para os que já foram indenizados, permanece o prazo de 30 de abril para deixar as propriedades. (FSP - 10/3/82)

SÉRIOS CONFLITOS DE TERRA NO VALE DO PARAÍBA

A situação das terras do Vale do Paraíba, de Resende até São João da Barra, no Rio de Janeiro, continua grave, com repetidos casos de "grilagem" e expulsão de agricultores que se estão instalando nas grandes cidades, criando uma situação que se está tornando alarmante. A denúncia foi feita pela Comissão Pastoral da Terra, através da Regional Leste II, da CNDB, que atua na região desde 1976. Os conflitos pela terra no Vale do Paraíba atingem, especialmente, os municípios de Paraty, Angra dos Reis, Nova Iguaçu, Cachoeira de Macacu, Calço Frio, Magé e outros, coincidindo com as áreas que tiveram fazendas desapropriadas para a reforma agrária, no início da década de sessenta. "Das 22 fazendas desapropriadas - a maioria a CPT - nenhuma foi entregue aos lavradores, até hoje, e acabaram nas mãos de entidades privadas ou simplesmente foram devolvidas aos antigos donos". (ESP - 26/3/82)

CPT CONTRESTA AFIRMAÇÕES DO GETAT

O secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra distribuiu documento contestando declarações feitas pelo presidente do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), em entrevista de duas páginas publicada em Jornal de Colônia (30) no último domingo. Na matéria, o presidente afirma que o órgão já distribuiu 11 mil títulos de terras. A CPT, porém, pergunta onde estão e para quem foram dados, lembrando que talvez fosse apenas uma autorização de ocupação, um documento onde o trabalhador se compromete a acabar toda decisão do Getat. A CPT também estranha o fato do presidente do Getat dizer que os títulos foram distribuídos e não se referir à região de maior tensão, a do Bico do Papagaio. (ESP - 26/3/82)

DECRETO PROÍBE USUCAPÇÃO PERTO DAS FRONTEIRAS

As áreas próximas às fronteiras do País, estão excluídas da legislação que instituiu o usucapião especial. A restrição foi determinada em decreto assinado ontem pelo presidente Figueiredo, regulamentando a lei nº 6.969, de 1981. O ato determina a abrangência do usucapião especial, excetuando as "áreas indispensáveis à segurança nacional", entre as quais especifica a faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional. (FSP - 18/3/82)

NO REGIME ATUAL, D. PEDRO CASALDÁLIGA NÃO CRÊ EM REFORMA AGRÁRIA

O bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, afirmou ontem em São Paulo, que "no atual regime não vai se dar uma reforma agrária a bem do povo lavrador", porque a seu ver a adoção de tal reforma significaria "renunciar radicalmente, estruturalmente, à opção capitalista que o próprio regime fez". Falando à imprensa após reunião da Comissão Pastoral da Terra, da qual é vice-presidente, o bispo destacou que "infelizmente, a CPT, de modo lúcido, consciente e menos apaixonado que al-

guns poderão imaginar, não pode aceitar o tipo de reforma agrária que o governo vem apregoando, com essas medidas tão sumamente publicitárias e, de fato, tão falsas". De acordo com dom Pedro, "só podemos aceitar uma reforma agrária que parta do próprio povo lavrador, no sentido de que ele tenha o direito de opinar, decidir e agir nessa reforma. A reforma agrária já vem acontecendo, de fato, pelas mãos do próprio povo". No momento atual, segundo afirmou o bispo de São Félix, "a reforma agrária está sendo uma bandeira usada e abusada". Para dom Pedro Casaldaliga, "o povo da terra quer que se regularize, que se crie situação de justiça nessa bagunça toda que é o modelo fundiário e agrário do Brasil". Disse ainda que "o governo está falando em distribuir 300 mil títulos de terra no País, este ano", mas que "pelos levantamentos, muitos desses títulos vão apenas reconhecer lutas, sofrimentos e vitórias do próprio povo. (FSP - 9/3/82)

CNBB PODERÁ APOIAR COMPRA DE TERRA: RONDA ALTA

A CNBB poderá apoiar diretamente a campanha de arrecadação de recursos para a compra de terras, onde serão assentadas, no Rio Grande do Sul, as 240 famílias de colonos acampadas há um ano à beira de uma estrada, no município de Ronda Alta, a 340 quilômetros de Porto Alegre. Exigindo o assentamento no Estado, essas famílias têm rejeitado ofertas de terras no Mato Grosso, feitas pelo Incra. Como o governo tem insistido que no Sul não existem mais terras disponíveis, a Igreja resolveu incentivar e apoiar um projeto para aquisição de uma área onde os colonos possam ser instalados. Uma das alternativas em estudo é a de que a CNBB poderá procurar a complementação de recursos junto a entidades do Exterior, para que a transferência das famílias ocorra ainda antes do próximo inverno. Um dos coordenadores desse trabalho explicou ontem que se o anteprojeto for aprovado hoje pelos colonos, a campanha poderá começar ainda este mês. De imediato, seria extinto o acampamento à beira da estrada, em Encruzilhada Natalino, e construído outro, provisório, mas em melhores condições, na área própria. Numa segunda etapa é que os colonos, por aquisição ou arrendamento, procurariam ampliar a sua área. O anteprojeto também será submetido a todos os bispos do Rio Grande do Sul antes da campanha de arrecadação de recursos. Das 14 dioceses, nove já manifestaram seu apoio. (ESP - 2/3/82)

ACAMPAMENTO DA ESTRADA COMEÇA A SER ABANDONADO

Num ambiente de muita emoção, mais de mil pessoas, cantando e chorando, se despediram das seis primeiras famílias que saíram às 18h05m de ontem do acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, para a área de 108 hectares, no mesmo município, adquirida pelos colonos e pela Igreja. As dificuldades para obter transporte e a própria repressão policial, evitaram que todas as 212 famílias de colonos saíssem ontem mesmo, o que deverá ser feito hoje e amanhã. A nova área, que pertencia a 3 agricultores, foi discretamente adquirida pelo "Fundo do movimento de solidariedade aos sem terra de Natalino". O termo de compra foi assinado de um lado, pelos proprietários, e de outro, pelo pároco de Ronda Alta, segundo informou um dos coordenadores da retirada dos colonos. O local, denominado Passo da Entrada, a 12 quilômetros de Ronda Alta e a 30 do acampamento de Encruzilhada Natalino, foi batizado pelos agricultores de Nova Terra, cujo marco será o símbolo maior do acampamento: a cruz de madeira, amarrada por cipós, de quatro metros de altura, com quatro lenços brancos, simbolizando as quatro crianças que morreram durante o período de um ano em que o acampamento existiu. (JB - 13/3/82)

RONDA ALTA TROUXE PROBLEMAS PARA A IGREJA

Mas, a terra é pouca para todos e o movimento dos agricultores vai continuar apoiado por dezenas de congregações católicas. O envolvimento da Igreja Católica na questão de Ronda Alta gerou polêmicas e até alguns atritos com o governo. O ex-arcebispo de Porto Alegre, já criticou a atuação dos religiosos que apóiam os colonos, dizendo que a Igreja não pode comprometer-se com esse tipo de problema. Em seu último dia como interventor do acampamento de Encruzilhada Natalino o indivíduo conhecido como "major Curio" acusou vários religiosos de estarem promovendo "agitações" e usando os agricultores sem terra como "massa de manobra". O pároco de Ronda Alta, padre Arnildo Fritzen, já foi até ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional com base em acusações semelhantes às feitas por Curio. E em relação à irmã Bruna Durandi, que é italiana, foi sugerida a expulsão do País, com base no Estatuto dos Estrangeiros. Os colonos, no entanto, negam veementemente qualquer orientação da Igreja em seu movimento: ela seria apenas uma das várias entidades que dão apoio aos acampados. (ESP - 14/3/82)

RONDA ALTA: COMEÇA A CAMPANHA PRÓ-COLONOS

A Regional Sul 3 da CNBB lançou ontem em Porto Alegre a campanha de arrecadação de recursos para o pagamento dos 108 hectares adquiridos em nome da Caritas no dia 12 deste mês, para o assentamento, em Ronda Alta, das 240 famílias que há mais de um ano estavam acampadas à margem de uma estrada na localidade de Encruzilhada Natalino. A CNBB pretende arrecadar nos próximos 90 dias cerca de Cr\$ 36 milhões: Cr\$ 25 milhões para o pagamento das terras e o restante para auxiliar os colonos a construir suas casas e a montarem a infra-estrutura de apoio ao seu projeto de produção de hortigranjeiros. Falando no ato público em que foi lançada a campanha, o pastor Rodolfo Schneider, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, anunciou que o conselho de sua entidade já autorizou a doação do primeiro milhão à campanha, devendo liberar os recursos até o dia 12 de maio, quando terá que ser paga a primeira parcela, de Cr\$ 5 milhões. O assentamento dos colonos em Nova Ronda Alta não é uma solução definitiva e sim "provisória", até que "as autoridades responsáveis dêem uma solução justa e definitiva". Segundo o colono Isidoro Vieira dos Santos, que também falou no ato, "a partir de agora a luta será mais forte" até que seja possível conseguir pelo menos 15 a 16 hectares por família. (ESP - 26/3/82)

SANTA TEREZINHA FESTEJA A VITÓRIA DOS POSSEIROS

No dia três de março de 1972, há dez anos portanto, os posseiros de Santa Terezinha, na Prelazia de São Félix (MT), tiveram seu último e mais sério enfrentamento com a fazenda CODEARA que tentou durante anos tomar as terras em que viviam. Depois do acontecido a repressão se fez forte na área e os posseiros tiveram que se refugiar nas matas por longo período de tempo sem ver suas famílias e sem saber o que lhes poderia acontecer. Só depois de toda esta luta é que as autoridades se convenceram de que o jeito era desapropriar as terras ocupadas pelos posseiros e cada um deles recebeu o título de um lote de cem hectares. Nesta luta os posseiros receberam o apoio integral do Pe. Francisco Jentel que foi condenado a dez anos de cadeia e acabou expulso do país. O povo de Santa Terezinha conta "Nós de Santa Terezinha, Nós todos vamos rezar, Vamos pedir a Deus, Pró padre Chico voltar". Mas, o padre Chico acabou morrendo na França sem ver Santa Terezinha livre. (PR - CEDI - Março/82)

ÁREA IANOMAMI TEM SIDO INVADIDA

A invasão de garimpeiros na área que será interditada pelo governo na fronteira do Brasil com a Venezuela para os índios ianomami tem prosseguido, segundo denúncia feita pela Comissão de Criação do Parque Ianomami. Na serra do Uritana, foi descoberto recentemente um garimpo de diamantes, e somente na primeira quinzena de fevereiro foram presos pela Polícia Militar 50 garimpeiros. Estes garimpeiros estão deslocando-se da área de Santa Rosa, onde continuam trabalhando 1.500 outros, apesar da proibição oficial de garimpagem na área habitada por milhares de índios, ainda sem contato com a civilização. A Comissão de Apoio ao Parque acusa o atual governador de Roraima, Ottomar Souza Pinto, de estar incentivando a reabertura do garimpo na área indígena, especialmente a partir deste ano, com a proximidade das eleições. "Oficialmente - afirma a Comissão - o governador está-se opondo à reabertura do garimpo na serra de Surucuru, mas as pessoas ligadas ao Ministério do Interior sabem que ele é favorável à reabertura do garimpo." (ESP - 6/3/82)

PORTARIA INTERDITA ÁREA IANOMAMI

O Ministro do Interior assinou ontem, portaria interditando uma área de 7 milhões 700 mil hectares na Amazônia, que constituirá a futura reserva física e cultural de 8 mil 400 índios ianomamis que vivem na região. O Estado do Amazonas cedeu 2 milhões 700 mil hectares e o território de Roraima 5 milhões. A área interditada está entre a fronteira com a Venezuela e a BR-210 (Perimetral Norte). Os índios estão distribuídos em 192 aldeias e, como consequência da portaria, deverá ser criada uma ajuda da Funai, na altura do quilômetro 211, 11 postos indígenas e as frentes de atração que forem necessárias para contatar grupos ainda arredios, bem como pólos para atrair os que ficaram de fora da área interditada. Nem o Ministro do Interior, nem o presidente da Funai, souberam precisar o tempo que transcorrerá entre a interdição e um decreto definitivo da criação do parque. O presidente da Funai, por outro lado, mostrou-se tranquilo, afirmando que "não perderemos esta oportunidade que o Governo federal nos deu, e trabalharemos sem pressa para não cometermos qualquer levandade". O ministro completou, dizendo que o Presidente Figueiredo está empenhado pessoalmente no caso e já lhe assegurou todos os recursos necessários. O secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, que pela primeira vez compareceu a uma cerimônia desta natureza, aplaudiu a decisão do Ministério do Interior de interditar uma área contínua, o que garantirá o respeito à integridade destes índios. A presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durhan, que também compareceu, disse apenas que a comunidade científica acompanhará todo o processo até que esteja concretizada a criação do parque ianomami. (JB - 10/3/82)

ENTIDADES APÓIAM INTERDIÇÃO DE ÁREA IANOMAMI

Em nota distribuída ontem, a Associação Brasileira de Antropologia, a Comissão Pró-Índio de São Paulo e a Comissão de Criação do Parque Ianomami (CCPI) apóiam a medida do governo em interditar a área para os índios ianomami. Assinada pelas antropólogas Lux Vidal e Eunice Durhan, além da coordenadora da CCPI, Cláudia Ançújar, diz a nota: "Para as associações e entidades que vêm, há mais de dez anos, lutando pela causa indígena, a assinatura, pelo ministro do Interior, da portaria de interdição da área ianomami apresenta a primeira iniciativa significativa de reconhecimento de direitos desse povo." Adiante a nota afirma ainda: "Apoiando integralmente esse passo inicial, acreditamos que é resultado de um grande esforço por parte de setores governamentais que reconhecem a gravidade do problema indígena. Acreditamos também que a presidência da Funai está seriamente empenhada em encaminhar, a curto prazo, a solu

ção da questão do Parque Indígena Ianomami, única proposta que atende integralmente aos interesses desses índios." Finalizando, a nota das entidades diz: "Entretanto, é importante não subestimar as forças políticas e econômicas que se têm oposto tenazmente a essa iniciativa, e continuam procurando destruir ou mutilar esse projeto. (FSP - 11/3/82)

DEFINIDO PRIMEIRO POSTO INDÍGENA EM ÁREA IANOMAMI

O presidente da Funai, assinou ontem portaria criando o primeiro posto indígena de vigilância na área ianomami. O posto, a ser instalado nas margens do rio Ericó, em Roraima, tem como principal objetivo impedir a entrada de garimpeiros e pessoas estranhas nessa região. Há uma série de invasões de garimpeiros que entram no território indígena pelos rios Ericó, Uraricá e Uraricoera. Em um ano e meio, de setembro de 80 a março de 82, cerca de dez mil garimpeiros invadiram a área indígena procurando ouro e diamantes. Além desse posto de vigilância a Funai vai instalar ainda mais dez postos indígenas na toda a área ianomami. (FSP - 19/3/82)

AINDA FALTAM OUTROS

O coronel José Antônio da Silveira pediu demissão, ontem, do cargo de diretor do Departamento de Operações Gerais da Fundação Nacional do Índio, que foi prontamente aceita pelo presidente do órgão. Na Funai, não se comentou os motivos da saída de Silveira, mas são vários os rumores de que esta seria a primeira de uma série de substituições na direção da Fundação. Segundo fontes do gabinete do Ministério do Interior, o superintendente da Funai estaria demissionário há cerca de 15 dias. Também em Brasília, o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, disse esperar "que esta seja o início de uma série de substituições"; entende também que "a mudança na presidência, em si, não basta para inspirar confiança num órgão tão desacreditado quanto a Funai". (ESP - 27/3/82)

MAIOR PODER PARA AS DELEGACIAS DA FUNAI

A partir de agora, todos os problemas fundiários em áreas indígenas, tais como demarcação, delimitação e regularização de terras, ficarão a cargo das delegacias regionais da Funai e ajudâncias da região. A Funai, em Brasília, só irá intervir quando ocorrerem problemas mais sérios, que exijam uma intervenção a nível federal. Esta nova política, anunciada pelo presidente da Funai, representará um esvaziamento do Departamento Geral do Patrimônio Indígena - DGPI -, acusado até há pouco tempo de ser um superórgão dentro da Funai. A portaria assinada ontem pelo coronel presidente acentua que a medida faz parte da política de descentralização que vem sendo implantada no órgão. A maior parte das terras indígenas não foi ainda demarcada e, em muitas delas, persistem conflitos pela existência de posseiros. (ESP - 24/3/82)

EM ANDAMENTO DEMARCAÇÃO NHAMBIQUARA

Três equipes da Funai se deslocaram na semana passada, para o Vale do Guaporé, área que será atingida pelo Polo Noroeste, para realizar um levantamento das empresas agropecuárias que poderão ser desapropriadas para a demarcação da área dos índios nhambiquara. Nessa região, que será cortada pelo novo traçado da rodovia 364, a Cuiabá-Porto Velho, vivem 4.686 índios que serão beneficiados, como parte das exigências feitas pelo Banco Mundial que financiará o asfaltamento da 364. A região habitada pelos nhambiquara começou a ser ocupada a partir de 1970, por dezesseis empresas agropecuárias que conseguiram, na ocasião, certidão negativa da Funai, atestando a inexistência de grupos indígenas na área. (ESP - 16/3/82)

EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS EM ÁREAS INDÍGENAS

O presidente da Funai, disse ontem, em Manaus (AM), que qualquer exploração de minérios ou atividades industriais em áreas indígenas só será feita com o prévio consentimento das comunidades, para evitar que surjam conflitos entre índios e brancos, como já ocorreu com os satare-mauê, no Amazonas, Gaviões, no Pará, e Suruí, em Rondônia. O presidente informou que essa decisão corresponde a um anseio das comunidades indígenas, que desejam ser ouvidas quanto à conveniência econômica de qualquer exploração em suas reservas. Ele negou que a reserva dos Vaimiri-atroari tenha sido invadida por uma empresa de mineração, para explorar uma jazida de cassiterita, como denunciou há alguns dias o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo a denúncia, a reserva teria sido reduzida para permitir que a empresa de mineração tivesse acesso à jazida. "A empresa é a Paranapanema - disse - mas sua atuação está fora da reserva." O presidente observou que qualquer área indígena está aberta à visita de qualquer jornalista, "para que a imprensa possa ajudar a Funai a identificar os problemas e evitar futuros conflitos entre brancos e índios". (ESP - 10/3/82)

GUARANI DO PARANÁ VISITARÃO ÁREA PARA ASSENTAMENTO

Os líderes dos índios guarani que vivem atualmente em Barra do Ocoí (PR), cujas terras serão inundadas pelo lago da represa de Itaipu, vão conhecer hoje a nova área que a empresa lhes ofereceu, situada perto de Vila Santa Rosa, no município de São Miguel do Iguaçu. São 121 hectares, dos quais 40 desmatados, 60 cobertos com mata nativa e 21 - como um cinturão - pertencentes à faixa de segurança da Itaipu, que não podem ser desmatados. Após a visita, os líderes guarani retornarão a Ocoí para reunir-se e dar seu parecer sobre a proposta da Binacional. E, se os índios decidirem que a oferta deve ser renegociada, um grupo de advogados da Comissão Justiça e Paz do Paraná tratará da questão com a Itaipu. Segundo o presidente da CJP, embora a proposta seja boa do ponto de vista ecológico, "resta saber se os índios a aceitarão sob o ponto de vista do tamanho". (ESP - 20/3/82)

MAIS INVASÕES: GARIMPO

Um grupo de quase dois mil garimpeiros invadiu a reserva indígena dos baniua e curipaco, localizada no rio Içana, afluente do Negro, e que poderá provocar sérios conflitos entre índios e brancos. Há alguns meses foi descoberto na região dos baniua uma jazida de ouro e diamantes e, desde então, muitos garimpeiros de Roraima e Rondônia foram para o rio Içana, onde os garimpos estão fechados por estarem localizados em áreas indígenas. O Departamento Nacional de Produção Mineral, em Manaus, disse ontem não ter autorizado a abertura do garimpo no rio Negro, não sabendo explicar porque a região foi invadida em tão pouco tempo por garimpeiros. A preocupação da Funai em apressar a expulsão dos garimpeiros está no fato de que os baniuas e curipacos têm consciência da propriedade da terra, o que poderá levá-los a reagir contra a invasão dos brancos na reserva. Os índios baniua e curipaco vivem em uma área de difícil acesso, só sendo possível chegar a ela de avião, pois o rio Içana não é navegável. Na reserva vivem cerca de 4.500 indígenas. (ESP - 5/3/82)

CIMI DENUNCIA A ABERTURA DE ESTRADA EM RESERVA

Nota distribuída ontem pelo Conselho Indigenista Missionário, Regional Norte-I, e assinada pelo Bispo da Prelazia de Itacoatiara (AM), Dom Jorge Marskell, denuncia que a Mineradora Paranapanema iniciou a abertura de uma estrada nas imediações do quilômetro 250 da BR-174 (Manaus-Caracará) dentro da reserva dos índios waimiri-atroari. Nesta área, segun-

do o Cimi, "os invasores descobriram um vasto lençol mineral de estanho e cassiterita". A Paranapanema tem sua base logística na BR-174, à margem do igarapé Santo Antônio do Abonari, e mantém todos os seus acampamentos dentro da reserva indígena, incluindo um campo de pouso e equipamentos de prospecção. A Prelazia de Itacoatiara, no início de fevereiro, formalizou sua denúncia em ofício dirigido ao Ministro do Interior, exigindo um posicionamento favorável aos índios. No documento, o Cimi protesta contra a assinatura de um decreto (86.629/81) que reduziu em 30% a reserva indígena. Segundo a denúncia, a área de prospecção está dentro da zona habitada por índios em processo de atração. (JB -15/3/82)

CIMI RETÉM VERBA DOADA A ÍNDIOS, ACUSA TERENA

A remessa de Cr\$ 2 milhões, por parte da organização alemã "Misereor", para a União das Nações Indígenas (Unind), através do Conselho Indigenista Missionário, tornou pública uma divergência existente há cerca de um ano entre os missionários e o atual presidente da Unind, Mariano Marcos Terena. Os missionários, segundo Marcos, "não querem entregar o dinheiro que a 'Misereor' mandou, porque dizem que não sabem quem é o presidente da Unind". A divergência surgiu em abril do ano passado, quando 60 líderes indígenas elegeram Marcos Terena para a presidência da Unind, contrariando a posição do Cimi, que apoiava outro candidato, Domingos Veríssimo Terena. Domingos convocou nova reunião, uma semana depois, à qual compareceram 15 caciques, e acabou sendo escolhido. Agora, os integrantes da Unind pretendem reunir-se novamente para modificar seus estatutos, eliminando a figura do presidente e criando um "colégio de caciques". (PSP - 16/3/82)

PRESIDENTE DA UNIND SE DEMITE

O presidente da Unind - União das Nações Indígenas - Marcos Terena, anunciou ontem, em Brasília, o seu desligamento dessa entidade. Sua decisão foi consequência do impasse criado por seu tio, Domingos Terena, que também se diz presidente da entidade. O impasse criou uma situação difícil para Marcos Terena, especialmente depois que o Conselho Indigenista Missionário - Cimi - bloqueou uma verba que a Misereor havia destinado à Unind. Em carta enviada à secretaria executiva das entidades de apoio ao índio, Marcos Terena justifica sua decisão afirmando que a Unind está se transformando num organismo burocratizado, "o que é inadmissível para uma entidade que pretende representar os índios brasileiros". O índio Álvaro Tucano, que também participa da direção da União das Nações Indígenas, apoiou a atitude de Marcos Terena, dizendo que pode-se muito bem trabalhar junto às bases sem a Unind, reforçando a autodeterminação das comunidades indígenas. (ESP - 30/3/82)

CNBB E A "SEMANA DO ÍNDIO"

A CNBB e o Conselho Indigenista Missionário divulgaram, ontem, o texto base para a Semana do Índio, que defende a garantia das terras indígenas como única forma de preservação das comunidades tribais. O documento acentua que a Igreja não tem condições de resolver o problema das terras dos índios, mas cabe a ela "ajudar as tribos nas suas organizações, na sua autodeterminação, no reconhecimento dos seus direitos pela sociedade envolvente e na superação dos preconceitos desta sociedade para com os índios". O documento acentua, ainda, que os problemas em torno das terras indígenas não se resumem apenas ao "seu roubo" mas também à interferência no cultivo destas áreas, à intervenção econômica e cultural. "Projetos estritamente desenvolvimentistas - prossegue - sempre forçam os povos indígenas a produzirem mais, e que inevitavelmente criam novas necessidades e dependências". O texto da CNBB/Cimi conclui afir-

mando que "terras de missões foram sempre terras onde se descobriu o ecumenismo". (ESP - 9/3/82)

MOVIMENTOS POPULARES

PROTESTOS POR DESPEJO DE FAVELADOS

O Centro Santos Dias de Direitos Humanos e a Comissão Justiça e Paz de São Paulo enviaram ofício ao governador do Espírito Santo, pedindo "imediatas providências" para solucionar o problema criado com o despejo da favela Rosa da Penha, em Vitória. No mesmo documento, as duas entidades afirmam que estão solidárias com a nota emitida pelo arcebispo de Vitória, que enviou uma mensagem ao presidente da Nação relatando a situação criada com o despejo na favela. De acordo com o relato do arcebispo cerca de 3 mil pessoas (500 famílias) foram expulsas de um terreno onde moravam na periferia de Vitória por ordem judicial e deixadas ao relento. O documento das duas entidades paulistas lembra que "cinco oficiais de Justiça, auxiliados por força policial, executaram a sentença e, extrapolando os limites da ordem judicial, demoliram e queimaram quatrocentos barracos". (FSP - 4/3/82)

INVASORES DEVERÃO SER EXPULSOS EM SP

Oficiais de Justiça, apoiados por força policial, cumprirão hoje mandado expedido pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Municipal, que determinou o despejo de dezenas de famílias que invadiram área de mais de 17 mil metros quadrados, na Zona Leste (SP), pertencente à Prefeitura. O magistrado concedeu liminar de reintegração de posse em favor da Prefeitura para desalojar os invasores que já ergueram no local casas rústicas de alvenaria, autorizando o uso de força policial. (FSP - 26/3/82)

LAVRADORES INVADEM, SÃO EXPULSOS E CORREM RISCO DE PRISÃO

Até ontem, os lavradores despejados terça-feira (23/3) de uma reserva florestal do Pontal do Paranapanema (SP) não haviam contestado a sentença do juiz, e que foi cumprida com a garantia de forças policiais. Também o advogado defensor das famílias, ainda não havia ingressado com recursos. Mas informa-se em Presidente Prudente (SP) que as chances de os lavradores ficarem com as terras são mínimas. Os acusados são 56, e além de expulsos foram autuados pela Polícia Florestal. Terão de pagar multa de Cr\$ 57.330,00 e correm o risco de ser condenados a pena de três meses a um ano de prisão. Eles chegaram a desmatar cinco hectares, que somaram 500 metros cúbicos de madeira nobre. (ESP - 26/3/82)

FAVELADOS PROCURAM PREFEITO DE SP QUE NÃO OS RECEBE

Cerca de três mil favelados de diversos pontos da Capital, organizados em torno de uma pró-federação das favelas de São Paulo, fizeram ontem uma manifestação de protesto em frente ao gabinete do prefeito, reivindicando posse dos terrenos onde construíram seus barracos. Os favelados, a todo momento, ameaçavam invadir o gabinete, impedidos, entretanto, pelo forte aparato de segurança armado no local. Depois de permanecerem por várias horas aguardando no local, decidiram-se pela formação de uma comissão que foi recebida pelo secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura. Ao deixarem o gabinete do prefeito, por volta das 18 horas, aos gritos de "no dia da eleição, PDS não", os favelados protocola

ram um documento no qual denunciavam que nos últimos anos aumentou muito o número de pessoas que foram morar em favelas. Ainda segundo os favelados, existem em São Paulo 1,5 milhão de pessoas residindo em mil favelas, "em condições desumanas e sem nenhuma segurança de moradia", o que se deve "à política antipopular do governo". (ESP - 26/3/82)

MANIFESTAÇÃO CONTRA AUMENTO DE PASSAGENS NA BAHIA

Cerca de três mil pessoas participaram, ontem, em Salvador (BA), de uma manifestação promovida por sindicalistas contra o aumento do preço das passagens de ônibus. A manifestação começou pouco depois das 16 horas, em frente ao Teatro Castro Alves, onde fica parte dos pontos de ônibus da cidade. Cerca de cem manifestantes gritavam slogans de protesto, mas a polícia - temendo que a manifestação crescesse naquele local, e que se repetisse as cenas de quebra-quebra do ano passado, em razão da proximidade dos pontos de ônibus - determinou aos manifestantes que fossem para o centro do Campo Grande. Os manifestantes atravessaram a rua, mas ficaram ao lado de outro ponto de ônibus, e a polícia voltou a determinar que chegassem mais para o centro da praça. E não obtendo sucesso, resolveu retirar o ponto de ônibus do local. Falaram várias lideranças sindicais, estudantis e políticas, enquanto os manifestantes aplaudiam e gritavam slogans como "O povo não merece, abaixo o PDS", e ainda "O povo não tem medo, abaixo o Figueiredo". Na ocasião, a presidenta do Movimento Contra a Carestia, Jane Vasconcelos, denunciou que desde o último quebra-quebra na cidade vem sendo seguida e fotografada diariamente por policiais. (ESP - 13/3/82)

ENCONTRO DE FAVELADOS

Mais de quatrocentos moradores de favelas de Osasco (SP) reuniram-se ontem para discutir formas de organização, mobilização e luta pelo direito de propriedade dos terrenos onde montaram seus barracos. A reunião, que contou com a participação de favelados de toda a cidade, foi convocada pelas lideranças da Sociedade de Amigos do Jardim Munhoz, União Cultural Jovem do Bel Jardim e de outros movimentos que já conseguiram a instalação de água e luz em diversas favelas de Osasco. O objetivo da mobilização é conseguir da Prefeitura Municipal a regularização dos lotes onde foram construídos os barracos, para que eles possam ser comprados ou recebidos em doação pelos moradores. As três áreas prioritárias para essa pretendida regularização são de propriedade da Prefeitura de Osasco. Elas abrigam mais de duas mil famílias de trabalhadores, cuja maioria não ganha além do salário mínimo. As propostas discutidas nesse primeiro encontro serão agora levadas para debate mais amplo em cada uma das favelas da cidade, após o que será convocado novo encontro para tomada de decisões. Somente a partir disso é que as lideranças do movimento deverão procurar as autoridades de Osasco para apresentarem suas reivindicações. (FSP - 1/3/82)

IGREJA

PROTESTANTES DIVIDIDOS: CLAI X CONELA

A exemplo da Igreja católica, as várias confissões protestantes não conseguem permanecer imunes às discussões políticas, num continente conturbado como o latino-americano. E é sobretudo por razões políticas que os evangélicos estão hoje se organizando em torno de dois pólos divergen-

tes, representados por duas entidades em constituição na América Latina. A primeira dessas entidades é o Clai (Conselho Latino-americano de Igrejas), vinculado ao Conselho Mundial das Igrejas. O Clai, cujas bases foram lançadas em 1978, será oficialmente estruturado em novembro, em assembléia a ser realizada em Lima, Peru. A outra entidade, é a Conela (Confraternidade Evangélica Latino-americana), a ser criada no próximo mês de abril, em encontro no Panamá. O Clai reunirá igrejas evangélicas do Continente com base em critérios religiosos, mas permeados de preocupações sociais: denuncia, por exemplo, "o clima de violência que impera em El Salvador e Guatemala" e manifestam "temores de uma intervenção armada dos Estados Unidos". De sua parte, os organizadores da Conela têm uma posição conservadora diante da realidade social, pregando um nominal distanciamento da política. Nominal, na medida em que o simples fato de pregarem esse distanciamento de forma ortodoxa exprime por si só uma opção a nível político; uma opção, de compromisso com os "status quo". (FSP - 10/3/82)

PRESENÇA DO BRASIL NO CLAI E NA CONELA

As igrejas evangélicas brasileiras estão presentes tanto na Conela quanto no Clai. Na primeira entidade, o vice-presidente da comissão provisória é o pastor pernambucano Robinson Cavalcanti; na segunda, o secretário-geral é o pastor Gerson Meyer, de Campinas. Robinson Cavalcanti é da Igreja Episcopal (anglicana) que curiosamente, enquanto instituição, está vinculada ao Clai e não à Conela. O pastor pernambucano é um dos animadores do Movimento Cristão de Centro - entidade evangélica de tendência conservadora, com finalidade de atuação política. O pastor Gerson Meyer é da Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas (FENIPE) e até recentemente exercia a função de secretário para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas. Em termos de adesão às entidades, até o momento, não se sabe ao certo quais confissões participarão da reunião da Conela no Panamá, mas é provável que a essa organização se filiem a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Batista e a Assembléia de Deus - as três mais conservadoras no espectro evangélico nacional. Quanto ao Clai, dele participam desde agora as igrejas Episcopal, Presbiteriana Independente, Metodista, Evangélica Luterana, Cristã Reformada, Pentecostal Brasil para Cristo, Evangélica Árabe e outras menores. (FSP - 10/3/82)

REUNIÃO PREPARATÓRIA DA CLAI

Líderes de 110 igrejas protestantes reunidos, anteontem e ontem, no Instituto Metodista da Chácara Flora, (pastores, teólogos e líderes leigos principalmente das igrejas metodistas, presbiteriana, episcopal e luterana), trabalharam na preparação de uma proposta conjunta brasileira para a assembléia de criação do Conselho Latino-Americano de Igrejas - CLAI - a ser realizada em Lima, em novembro. Preocupado em não criar problemas com as 110 igrejas que manifestaram a intenção de participar do CLAI (idéia lançada em Oaxtepec, no México, em 1978), o secretário-geral do Conselho no Brasil, pastor Gerson Meyer, prefere não situar o grupo à esquerda de qualquer outro, seja em termos teológicos, seja em termos políticos. Já o teólogo luterano Walter Altmann, reconheceu ter muitas identidades com os católicos que pregam a chamada Teologia da Libertação. Outro entusiasta da criação do CLAI que admite sua identidade com os progressistas católicos é o pastor presbiteriano independente de São Paulo, Roberto Lessa, que nem discute e se coloca ao lado dos que escolheram a "opção pelos pobres". Se o CLAI prefere não se definir à esquerda para não ferir as suscetibilidades autonomistas das 110 igrejas que o formam no Brasil, pelo menos já se definiu ontem, de acordo com a palavra de seus líderes, plenamente a favor do ecumenismo. Outras

congregações de confissões protestantes estão de tal forma à direita que não admitem sequer o espírito ecumênico. (JB - 28/3/82)

A CONELA E A BÍBLIA

Em documento da Conela, seus promotores dizem pretender formar um "organismo que sirva de ligação e canal de comunicação entre as muitas denominações evangélicas que têm a Bíblia como única e infalível regra de fé e prática". Para os adeptos do Clai, essa afirmação é tendenciosa, pois dá a entender que existem confissões - no caso, as que não se alinham à Conela - alheias à autoridade definitiva da Bíblia. Na opinião do pastor e jornalista Roberto Vicente Thomado Lessa, secretário do Sínodo do São Paulo da Igreja Presbiteriana Independente e um dos organizadores do Clai, a Conela "enfeixa o que há de mais reacionário, antiecumênico, conservador e divisionista no espírito do protestantismo continental". Para Lessa, "a Conela acabará por se tornar um covil de caça às bruxas, do macartismo latino-americano e da visão do comunismo por toda parte". O pastor Roberto Lessa lembra que entre os dirigentes da comissão preparatória da Conela está o evangélico argentino Luis Palau - "o mesmo que nos dias da mais terrível repressão de Somoza contra o povo da Nicarágua, pregava em praça pública naquele país a necessidade de o cristão devotar obediência irrestrita às autoridades". (FSP - 10/3/82)

A CONELA SE DEFINE COMO "CONSERVADORA" E "PLURALISTA"

O principal líder da Confraternidade no Brasil, o ligo anglicano Robinson Cavalcanti, de Recife, rejeita a hipótese de defender uma teologia direitista. Robinson admite que os participantes da reunião em Lausanne, na Suíça, pensaram a Conela como uma entidade "conservadora" do ponto-de-vista teológico, mas "pluralista" (liberal) do ponto-de-vista político. "Quando falo em conservador, estou falando na adoção dos princípios da reforma e não nos critérios fundamentalistas", adverte Cavalcanti. A Conela, por outro lado, não aceita o ecumenismo. (JB - 28/3/82)

PROTESTANTES À "ESQUERDA" E "DIREITA"

O pastor Roberto Lessa calcula que são 10 milhões os protestantes no Brasil e admite que a grande maioria é conservadora. De acordo com os cálculos do pastor Lessa, numa divisão a grosso modo, situam-se certamente à direita as denominações protestantes ligadas ao ramo batista (600 mil fiéis) e pentecostal (3 milhões 500 mil na Assembléia de Deus, 1 milhão no Brasil para Cristo e mais 1 milhão de outras confissões). São muitas as divisões do ramo presbiteriano (400 mil), das quais os fundamentalistas e os conservadores estão à direita, os independentes à esquerda e os do Brasil no centro. À esquerda, Lessa coloca também 1 milhão de luteranos, os 60 mil metodistas e os 40 mil anglicanos (da Igreja Episcopal, à qual pertence Robinson Cavalcanti, segundo ele uma exceção). (JB - 28/3/82)

PROTESTANTES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Mais importante do que a eventual cisão ideológica entre as já muito cindidas confissões protestantes no Brasil é a manipulação eleitoral de seitas populares e majoritárias (o que ocorre principalmente na Assembléia de Deus, com 3 milhões 500 mil fiéis) num ano como este. A denúncia foi feita pelo Pastor Roberto Lessa. Ele tomou conhecimento de casos em que o pastor de uma determinada igreja trocou os votos de seus fiéis por luminárias que faziam falta em seu templo. São sutis as diferenças entre grupos associados de igrejas protestantes, como a CLAI e a

Conela. Essas sutilezas prendem-se a laços históricos e a debates teológicos. Menos sutil é a política cotidiana. Roberto Lessa sabe, por exemplo, que, se ele orgulha-se de ser um feroz opositor do Governador Paulo Maluf (SP), o mesmo não acontece com o Pastor Manuel de Melo, missionário brasileiro que lidera 1 milhão de fiéis no Brasil para Cristo. Afinal, sabe-se, em São Paulo, que Manuel elogiou deputado federal o pedessista Gioia Jr. e deputado estadual o locutor de televisão Fausto Rocha, atualmente secretário da Desburocratização do Governador Maluf. O leigo anglicano (episcopal) pernambucano Robinson Cavalcanti admite que político nenhum pode desprezar os 150 mil protestantes que vivem na Grande Recife. Sabedor disso, disputa ele mesmo uma cadeira na Assembleia Legislativa, pelo PMDB/PP. Os mesmos caminhos da política palmeirim, segundo Roberto Lessa, líderes evangélicos do Rio. (JB - 28/3/82)

D. IVO ENCONTRA-SE COM FIGUEIREDO

"A Igreja tem sua autonomia e é importante manter essa autonomia" - disse ontem o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, depois da audiência de 40 minutos com o presidente Figueiredo. A observação de dom Ivo refere-se ao convite feito pelo presidente Figueiredo para que a Igreja participe do Conselho Superior de Censura. Esse convite já fora feito anteriormente de forma oficial, mas novamente o presidente da CNBB recusou. Outro ponto da conversa entre o presidente Figueiredo e dom Ivo Lorscheiter disse respeito às notícias divulgadas sobre a ajuda financeira do Exterior recebida por alguns bispos. Dom Ivo informou ter manifestado ao presidente da República "o nosso mal-estar pelo fato de estarem a multiplicar-se notícias e insinuações injustas a bispos que recebem ajuda externa. Essa ajuda é normal - afirmou dom Ivo - e nós mesmos, em Santa Maria (RS), recebemos essa ajuda financeira e estamos aplicando no atendimento dos colonos de Ronda Alta". Dom Ivo não quis se manifestar sobre as relações entre a Igreja e o Estado, afirmando que "não saberia dizer se estas relações melhoraram ou pioraram". Ao comentar a questão da moralidade levantada pelo governo, o presidente da CNBB disse que ela exige uma ação global. "A pornografia - afirmou - não se isola de outros problemas éticos, como o social, o familiar e o individual. A moral é um corpo todo e não se isola num só aspecto, não se refere apenas à ética sexual." Dom Ivo disse que discutiu ainda com o presidente Figueiredo a situação dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. "Não pedi a interferência do Presidente, pois queremos um Judiciário livre e independente" - assinalou. (FSP - 25/3/82)

VATICANO PROÍBE ASSOCIAÇÃO A GRUPOS POLÍTICOS

A Congregação para o Clero do Vaticano divulgou ontem declaração proibindo os sacerdotes de se associar a grupos "com finalidades de caráter político, que defendam determinada ideologia ou sistema". O texto proíbe também a participação "em associações profissionais de natureza sindical". Segundo a agência ADN-Kronos, o principal alvo desse documento são os padres filiados a movimentos parapolíticos encorajados pelos governos da Europa Oriental. A proibição do Vaticano vai criar problemas em países como a Nicarágua, por exemplo, onde três padres são ministros do governo e afirmaram recentemente que não têm intenção de se demitir. (ESP - 9/3/82)

BISPO DIZ QUE DESPOLITIZAÇÃO É "NEURÓTICA"

O retraimento da Igreja em relação à política "seria, no mínimo, uma atitude neurótica ou, na pior das hipóteses, antievangélica", afirmou o Bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli, reagindo ao documento da Congregação do Clero que proíbe a participação de padres na política. Dom Eugê-

nio, por sua vez, distribuiu nota dizendo-se "de pleno acordo" com a proibição. Em Volta Redonda, o Bispo Waldyr Calheiros afirmou que o documento "não significa uma negação política do trabalho da Igreja", sustentando que em sua diocese o trabalho pastoral continuará como sempre foi. Dom Waldyr lembrou que, antes da Congregação do Clero, a CNBB já vetara a participação de padres em Partidos políticos. (JB - 10/3/82)

D. HELDER DEFENDE CARTILHAS

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, que ontem fez conferência sobre o centenário do papa João 23, a convite da Arquidiocese de Salvador, defendeu, em entrevista, a utilização de cartilhas "para tentar concretizar mais as exigências de justiça e igualdade social do momento". Dom Helder recebeu anteontem o título Doutor "Honoris Causa" da PUC de São Paulo, e disse não estar preocupado com a reação do governo ao trabalho desenvolvido pela Igreja em sua opção pelos pobres. "Temos primeiro que ver a nossa parte, se estamos cumprindo nosso papel. Se eu procuro cumprir meu papel, não interessa os resultados; Deus não cobra êxito", comentou o arcebispo. (FSP - 6/3/82)

LANÇADA CARTILHA EM FLORIANÓPOLIS

Com onze páginas e dezoito perguntas e respostas sobre Igreja, política e fé, a Arquidiocese de Florianópolis (SC) lançou uma cartilha onde são condenados "o liberalismo capitalista", "o coletivismo marxista" e a "doutrina da segurança nacional". A cartilha, intitulada "Igreja, Política e Fé", e que tem o objetivo de orientar os católicos na escolha de seus candidatos às eleições de 15 de novembro, diz que a Igreja, "oficialmente, não faz restrições a nenhum dos partidos políticos existentes" mas apenas aconselha aos cristãos "verificar a coerência dos programas partidários com a verdadeira atuação dos partidos; além do programa escrito, olhar a prática". (ESP - 4/3/82)

LANÇADA CARTILHA EM JOÃO PESSOA: "IGREJA FEZ E FARÁ POLÍTICA"

A cartilha "Educação política", que está sendo divulgada pela Arquidiocese de João Pessoa (PB), afirma que "os poderosos dizem que a Igreja faz política quando fica do lado dos pobres e ajuda os pequenos a não aceitar a escravidão, mas, quando a Igreja ficou ou fica do lado deles, dizem que esta é a Igreja de Deus, que quer a paz, a concórdia e a união". A cartilha da Arquidiocese, dirigida por dom José Maria Pires, frisa que "a Igreja do povo de Deus fez, faz e fará política". (ESP - 19/3/82)

UM GENERAL BELICOSO ATACA ARCEBISPO ARNS

O chefe de Gabinete do Ministério do Exército, um general, disse ontem na Escola de Material Bélico do Exército, em Deodoro (RJ), que a exportação de material bélico é altamente necessária. "Só quem não entende isso é aquele moço de São Paulo, chamado Evaristo Arns, que começou uma campanha contra a venda de material bélico. Ele é mau brasileiro." O general fazia referência ao cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, que, durante missa rezada no dia 1º de janeiro, na igreja da Consolação, condenou a fabricação de material bélico no País, considerando "vergonhoso" o fato de o Brasil ser o sexto produtor mundial de armas. Em sua conferência, o tal general falou sobre a importância da indústria bélica e as exportações brasileiras: "traz divisas, projeta o País lá fora, obriga a fábrica a cada vez melhorar o seu produto (matando mais e melhor), sem falar no campo interno, pelo número de empregos que dá". (FSP - 13/3/82)

DOM PAULO REAGE A GENERAL E VOLTA A CONDENAR ARMAS

"Jamais respondo a injúrias, e portanto não direi nenhuma palavra quanto à parte injuriosa das declarações do general Coelho Neto." Esta foi a primeira reação do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, às acusações que lhe foram formuladas sexta-feira pelo chefe do Gabinete do ministro do Exército. O arcebispo de São Paulo disse que "apesar de agredido, fico contente e até agradeço ao general por ter reaberto o debate sobre a fabricação de armamentos; lembrou que "nós jamais atacamos os militares e sempre respeitamos suas funções, assim como esperamos que eles respeitem as nossas". "Se nós quiséssemos ensinar técnicas de guerra a generais ou técnicas de fabricar armas a especialistas, aí sim ele teria razão. Mas acontece que não nos envolvemos nos aspectos técnicos. Falamos apenas como pastores, disse o cardeal, e dos aspectos éticos, humanos e cristãos do problema". (FSP - 14/3/82)

CNBB DISCUTE DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO

A Presidência da CNBB e os integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral - CEP - estiveram reunidos, ontem, em Brasília, para discutir o problema da discriminação do negro na sociedade brasileira. O vice-presidente da conferência d. Clemente Isnard, disse que o episcopado brasileiro discorda da elaboração de uma "pastoral do negro", e considera que este problema deve ser tratado dentro da pastoral dos marginalizados e oprimidos, já que o negro está integrado na sociedade nacional. (ESP - 28/3/82)

POLÍTICA NACIONAL

GOVERNO DIZ QUE REFORMA ELEITORAL "JÁ ESTÁ FEITA"

O presidente nacional do PDS, o Ministro da Justiça e o Deputado Magalhães Pinto (MG), que acaba de optar pelo Partido do Governo, revelaram ontem, que o Presidente Figueiredo não deverá mais mudar a legislação eleitoral. O Ministro da Justiça chegou a afirmar, no fim de seu despacho semanal com Figueiredo, que "a grande reforma eleitoral já está feita". Magalhães recolheu - e revelou - a impressão de que a pauta das reformas eleitorais está esgotada, depois de conversar durante duas horas com o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, num jantar a dois. O chefe do Gabinete Civil, ontem, após a sessão de abertura do Congresso, disse que "ao menos por enquanto" o Governo não elabora nenhuma nova proposta de mudanças políticas. A própria reforma da Lei Falcão, que tinha no Ministro da Justiça o seu maior defensor dentro do Governo, está fora de pauta. O Ministro, ao deixar o Palácio do Planalto, ontem, observou que essa alteração "não é essencial", acrescentando: o debate eleitoral está acontecendo com a maior liberdade. Seria uma demasia dizer que é necessária a reforma da Lei Falcão para que haja propaganda eleitoral. (JB - 2/3/82)

FIGUEIREDO ACATARÁ DECISÃO SOBRE INCORPORAÇÃO

O porta-voz do Palácio do Planalto, assegurou ontem que o Presidente Figueiredo, acatará inteiramente o pronunciamento da Justiça Eleitoral, que considerou legítima a incorporação do PP pelo PMDB. Garantiu também que o Governo não tomará qualquer medida em represália contra a incorporação. (JB - 4/3/82)

DEPOIS DA PERPLEXIDADE, 'SERÁ O QUE DEUS QUISER'

Na noite em que o Tribunal Superior Eleitoral confirmou a incorporação do PP ao PMDB, o governo estava tão confiante numa decisão contrária que o presidente Figueiredo e seu conselho político, em reunião realizada quase simultaneamente à sessão, sequer discutiram a questão. Com o resultado inesperado, a perplexidade tomou conta do governo. Ao revelar essa situação, ontem, um parlamentar do PDS com livre trânsito no Planalto assegurou que, agora, "será o que Deus quiser", pois já não existem medidas legais capazes de conduzir os resultados das eleições de novembro. O caminho de mão única para o PDS, dentro da lei, é o de arregalar as mangas e trabalhar o eleitor. Ou então, prorrogar mandatos e cancelar eleições. (ESP - 5/3/82)

"PACOTINHO" DO GOVERNO DESAGRADA A TODOS

O presidente Figueiredo propôs formalmente ao Congresso, ontem, o fim do voto de legenda, que beneficiou o extinto MDB nas eleições passadas, e a reabertura do prazo (será de 180 dias), de filiação partidária para os descontentes com a incorporação do PP ao PMDB. O Congresso terá agora 40 dias para votar o projeto. Se não se pronunciar nesse prazo, a proposta estará automaticamente aprovada. A mensagem provocou violentas reações na oposição. O líder peemedebista no Senado, Humberto Lucena, acusou o presidente de estar radicalizando as eleições e levando as oposições "ao paradoxismo". Os presidentes dos pequenos partidos, com exceção de Leonel Brizola, declararam que suas legendas estão ameaçadas. Surpreendidos pelo envio do projeto, os pedessistas não escondiam sua irritação com Abi-Ackel. Eles esperavam ser consultados novamente sobre o projeto pelo ministro da Justiça. Isso não ocorreu, mais uma vez, e a mensagem já está no Congresso. (ESP - 18/3/82)

A ESTRATÉGIA DO PLANALTO

A reivindicação do PDS, levada ao Palácio do Planalto e prazerosamente atendida da prorrogação do prazo para que os descontentes com a incorporação do PP ao PMDB se desliguem da legenda e façam a mudança para outros Partidos, não é uma ambiciosa tentativa de desfalcas a Oposição de grandes nomes. Mas o Partido do Governo está empenhado de fato numa mais modesta pescaria de sardinhas miúdas; visa o espaço municipal. As adesões estão sendo esperadas principalmente nas bases: prefeitos, vereadores, cabos eleitorais, diretórios inteiros deverão cair nos braços do Governo. A jogada é sutil e mortífera, mas não é espetacular. (JB - 9/3/82)

"MURALHA" QUER BARRAR LIBERDADE

A "Muralha" - um grupo de 42 deputados do PDS que pretendem revigorar a revolução de 64 - reuniu-se pela primeira vez na manhã de ontem, na Câmara, com a presença de apenas oito de seus integrantes. Ao final do encontro, os deputados emitiram uma nota afirmando a decisão de elaborar uma carta de princípios que traduza os objetivos do grupo nos campos doutrinário, social, político e econômico, de acordo com "os princípios básicos de 64". Erasmo Dias (PDS-SP), um dos fundadores da "Muralha", a define: "Um movimento de direita que visa barrar o avanço do esquerdismo desagregador dos valores da nacionalidade". (ESP - 24/3/82)

18 ANOS DE DITADURA MILITAR

O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), comentou ontem os 18 anos de militares no poder dizendo que "ao chamado golpe de 1964 a Nação deve todas as suas angústias". "Bastava - assinalou - que houvesse ouvidos pa-

ra ouvir e olhos para ver, para que estes homens que estão no poder há 18 anos se convencessem de que estão isolados e só estão ali pela manutenção das armas." Prosseguindo, disse que o presidente da República, "elevado aqui no plenário à condição de bibelô, pois ninguém pode tocar no seu nome", está numa posição de tudo depender dele. "Se ele morrer - acrescentou -, o Brasil acaba, não vamos ter jamais a democracia." Em aparte, o deputado Luiz Cechinel (SC), pela liderança do PT, congratulou-se com o orador e afirmou que 15 de novembro será certamente "o dia final desse processo nefando que enlameou este país", erigiu à condição moral a corrupção mais deslavada e a preceito ético as condutas mais reprováveis". A corrupção foi também condenada pelo deputado Adhemar Santillo (GO), ao apartear, na qualidade de líder do PMDB em plenário, o deputado Aluizio Bezerra (PMDB-AC). "V. exa., afirmou com muita propriedade" - disse Santillo - "que institucionalizaram a corrupção no País. Homem inteligente hoje na vida pública é aquele que entra pobre e sai milionário à custa do erário. Os corruptos estão livres. Nunca ouvi falar de qualquer um que tenha ido para a cadeia." (ESP - 30/3/82)

OUTRAS

EMPRESÁRIOS: QUADRO SOMBRIO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

Empresários fizeram ontem um quadro pessimista da situação econômica brasileira. Representante do Grupo Pão de Açúcar, em Curitiba: "Não tenho dúvidas de que 1982 será um dos anos mais difíceis do pós-guerra"; da Associação Brasileira das Companhias Abertas: os rumos adotados "não estão levando a nada"; presidente da Abdib, em São Paulo: "Daqui para a frente, as perspectivas são sombrias, diante da indefinição dos programas e recursos disponíveis". (ESP - 26/3/82)

MAIOR TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL FOI NO PERÍODO DO "MILAGRE BRASILEIRO"

O chefe do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão revelou ontem, em depoimento na CPI da Fome, que as maiores taxas de mortalidade infantil no país, nos últimos 30 anos, ocorreram no final do governo Médici, quando o País vivia o "milagre econômico", enquanto as menores foram registradas nos governos dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Esses dados mostram, segundo o professor, que a mortalidade infantil varia de Estado para Estado, de acordo com o seu governador e equipe, e no País como um todo, dependendo do chefe do governo. O professor apresentou à CPI um "plano de guerra" para o combate à fome e à desnutrição, sugerindo, entre outras medidas, o não-pagamento da dívida externa brasileira, alegando que os "juros escorchantes e a exploração internacional já a pagaram". (ESP - 12/3/82)

PRIMEIRO GRÁU FAZ PRIMEIRA GREVE EM BANGU

Os alunos da Escola Municipal Júlio de Mesquita, em Bangu (RJ) - o mais novotera Ana Cristina, 8 anos - fizeram a primeira greve de suas vidas. Uniformizados, foram à escola mas resolveram não assistir às aulas até que o prédio seja reformado: banheiros e salas estão em péssimo estado, fios expostos ameaçam suas vidas e a má iluminação causa problemas de vista. Outra escola não teve aulas: a do morro do Catumbi (RJ), por falta de água. Dezenas de moradores foram ao escritório da Cedae, em Botafogo, exigir providências, e o engenheiro-chefe prometeu-lhes "material necessário" para sanarem o problema "em m...irão", sob a supervisão de um técnico da companhia. Os moradores disseram que vão aguardar. (JB - 7/3/82)

PARQUE IANOMAMI: JAZIDAS MINERAIS, O MOTIVO DO ATRASO

"Uma área rica como essa, com ouro, diamante e urânio, não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas, atraçando o desenvolvimento". A frase, dita em 76 pelo então governador do Território de Roraima, indica a origem dos interesses que dificultaram e retardaram a criação do Parque Ianomami. Considerada a maior nação indígena da América que ainda conserva cultura, língua e costumes próprios, a dos Ianomami tem hoje uma população de aproximadamente 8.400 que vivem no Brasil e outro tanto na área fronteira pertencente à Venezuela. Nômade intermitente, necessitando, por isso, de amplas áreas para manter seu modo de vida, esse povo vive em pequenos grupos, praticando a caça e a coleta. Cada grupo ocupa uma única maloca, o que lhes dá um acurado sentido de comunidade. As ameaças à subsistência dos Ianomami, isolados até 1973, começaram a se agravar com a construção da rodovia Perimetral Norte (BR-210), que levou à região de Catrimani as doenças do branco: dois mil índios morreram de gripe, sarampo, doenças venéreas e tuberculose. Em 1975 e 1976, o projeto Radam anunciou a descoberta de grandes jazidas mineiras no centro da área ocupada tradicionalmente pelos indígenas, provocando uma "corrida" de garimpeiros e a fuga de alguns grupos de índios. A partir daí, tornaram-se constantes as denúncias de invasões, ao mesmo tempo que os Ianomami ganhavam o apoio de entidades protecionistas e científicas do Brasil e do Exterior. Uma campanha pela criação do Parque Ianomami obteve ampla repercussão, e em fevereiro de 1980 ministro do Interior garantia que até o final daquele ano os indígenas estariam resguardados em sua própria terra. A Comissão pela criação do Parque Ianomami e a Comissão Pró-Índio elaboraram um projeto de estrutura e demarcação do Parque, com uma área prevista de 6,4 milhões hectares, encaminhando a proposta à Funai em junho de 1979. Mas no início de 1980, o então coronel-presidente da FUNAI anunciou a redução da área inicial em dois milhões de hectares, motivando o protesto público de diversas entidades, entre as quais a "Société des Americanistes", da França, e a "Washington Office on Latin America", dos Estados Unidos, Surgiam na Europa e nos Estados Unidos grupos de defesa dos Ianomamis. Em maio do mesmo ano, assessores da Funai acusavam o secretário geral do Ministério do Interior, de boicotar e "congelar" o projeto do Parque. Em novembro, três mil garimpeiros invadiram o território e em 16 de dezembro a Comissão Pró-Índio encaminhava um abaixo-assinado, com 10 mil 737 adesões, pedindo ao presidente Figueiredo a criação urgente do Parque. Após mais um ano de denúncias, a Comissão Pela Criação do Parque Ianomami voltou a encaminhar um documento à Funai, pedindo a interdição da área. Na mesma ocasião, 17 de dezembro de 1981, assessores do órgão e funcionários do Ministério do Interior afirmavam que o Conselho de Segurança Nacional poderia decidir "a qualquer momento" pela interdição, assegurando que o parecer a respeito estava "praticamente pronto". (FSP - 10/03)